

Aumento da fraude documental revela aposta na investigação

O presidente do Observatório da Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, Rui Pereira, afirmou hoje que o aumento do número de casos de fraude documental comprova que há uma aposta na investigação deste tipo de crimes.

«Na minha perspectiva, estes números comprovam sobretudo um aumento da actividade dos órgãos de polícia criminal. Tem havido uma maior aposta na investigação destes crimes», considera.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) detectou 542 documentos fraudulentos nos primeiros cinco meses deste ano, o que representa um aumento de 22 por cento relativamente a 2005, avançou hoje o *Diário de Notícias*.

De acordo com o jornal, a maioria da documentação ilegal tem o carimbo da Venezuela, de Portugal, de Itália e de Espanha. O número tem aumentado desde 2004, ano em que foram detectadas 991 fraudes. Em 2005, houve um acréscimo de oito por cento, com um total de 1070 casos.

Nos primeiros meses deste ano já se ultrapassaram os valores do período homólogo, pelo que se prevê um aumento do número total relativo a 2006.

Rui Pereira não se mostrou surpreendido com estes dados. Explica que as falsificações são hoje usadas como um instrumento da criminalidade organizada, do terrorismo e do tráfico de pessoas e surgem também associados a fenómenos de imigração clandestina.

Segundo Rui Pereira, a abrangência da lei anti-terrorista foi alargada passando a incluir actividades de falsificação de documentos, pelo facto de poderem ser instrumentos de crimes de terrorismo.

Este reforço também contempla o código penal, que aponta para alterações profundas em matéria de crimes de falsificação.

As alterações visam responder a novos fenómenos de falsificação. «Houve uma alteração do tipo de crimes por sugestão dos órgãos de polícia criminal (PJ e SEF)», afirma.

Rui Pereira explica que, entre vários aspectos, foi agravada a pena por uso de identificação alheia, passando da actual pena de até seis meses de prisão, para até dois anos.

O conceito de documento foi alterado de forma a abranger o Cartão de Cidadão, o visto de entrada e autorização de residência e passou a estar prevista a utilização de papel ou de holograma.

in Portugal Diário
07-07-06

